

## Ata Executiva

### **1ª Reunião da Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - REDD+ (CONAREDD+)**

#### **DATA**

05 de outubro de 2023

#### **LOCAL**

Brasília - Ministério do Meio Ambiente, Auditório Ipê Amarelo

#### **PAUTA**

Reunião de instalação da CONAREDD+, instituída pelo Decreto nº 11.548/2023.

#### **PARTICIPANTES**

Consultar lista de presença anexa

#### **ASSUNTOS TRATADOS**

**Sr. Secretário André Lima (SECD/MMA)** abriu os trabalhos agradecendo a presença de todos e ressaltando que o MMA tem conhecimento das grandes expectativas da sociedade entorno da retomada da CONAREDD+ e da necessidade de se avançar nas discussões sobre o papel dos instrumentos econômicos e financeiros na redução do desmatamento e da degradação ambiental. Destacou que o REDD+ integra o eixo de instrumentos econômicos e normativos dos planos de ação para prevenção e controle do desmatamento, junto com outros instrumentos como o PSA e o mercado de carbono. Fez alusão às mudanças já percebidas em termos de resultados de combate ao desmatamento, com o alcance de uma redução do desmatamento da Amazônia da ordem de 50% nos primeiros 9 meses de governo. Destacou que há agora uma sinalização para a sociedade no sentido da eliminação da impunidade e orientação para o desenvolvimento sustentável e inclusão social. Agradeceu o empenho da equipe do MMA para retomada dos trabalhos da CONAREDD+ e convidou o Sr. Toya para dizer algumas palavras de abertura em nome dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

**Sr. Coordenador-Geral Toya Manchineri (COIAB/APIB)** ressaltou que já acompanhou a agenda REDD+ no passado e sinalizou que a retomada dos trabalhos da CONAREDD+ é muito importante para os povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, em especial, para o debate sobre a questão do REDD+ jurisdicional nos territórios indígenas. Destacou a importância da retomada do espaço de debate para a população brasileira e a oportunidade para apresentar ao governo a visão dos povos indígenas no tocante ao chamado desenvolvimento da Amazônia e como enxergam a região daqui a 50 anos. Enfatizou a necessidade de ampliação do espaço de debate para as representações dos povos indígenas. Mencionou a importância de discutir não apenas a implementação de REDD+ nos territórios, mas também a regulamentação de normas ambientais que afetem os direitos dos povos indígenas.

**Sr. Secretário André Lima (SECD/MMA)** passou a palavra à **Secretária Edel Moraes (SNPCT/MMA)** para breves palavras de abertura.

**Sra. Secretária Edel Moraes (SNPCT/MMA)** fez referência à sua passagem anterior pela CONAREDD+ como conselheira e reforçou a importância da participação dos povos e comunidades tradicionais nas discussões sobre o mecanismo de REDD+ e a relevância da CONAREDD+ como espaço para dar visibilidade e ampliar os canais de participação da sociedade civil nas discussões sobre o mecanismo de REDD+. Destacou o avanço dos projetos de mercado voluntário sobre os territórios sem a devida regulamentação do Estado. Relembrou que hoje o Brasil conta com mais de 28 segmentos de comunidades tradicionais que precisam ser respeitadas e ouvidas na construção de políticas públicas.

**Sr. Secretário André Lima (SECD/MMA)** passou a palavra ao **Secretário-Executivo João Paulo Ribeiro Capobianco (SECEX/MMA)** para breves palavras de abertura.

**Sr. Secretário-Executivo João Paulo Capobianco (SECEX/MMA)** saudou os membros da mesa e ressaltou que a reinstalação da CONAREDD+ é um mais um passo no processo de valorização e retomada da implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, junto com outros já dados como a retomada do CIM e a revisão da NDC do Brasil, além da aprovação no Senado Federal do projeto de Lei que trata do mercado de carbono que, apesar de não ter incluído o setor agropecuário, pode ser considerado um grande avanço. Destacou a atuação proativa do governo e a retomada da contribuição do Brasil para a agenda climática. Ressaltou os esforços que estão sendo realizados para a redução do desmatamento, o que vai viabilizar as ações de REDD+. Indicou ainda que a intenção é expandir o instrumento de REDD+ para o atendimento a todos os biomas brasileiros, de forma a beneficiar o conjunto da biodiversidade e da sociobiodiversidade brasileira. Reforçou o compromisso com a gestão democrática e participativa e o envolvimento de todos os setores, garantindo amplo espaço para que diferentes visões e interesses promovam uma concertação que garanta a implementação de REDD+, com observância às salvaguardas socioambientais.

**Sr. Secretário André Lima (SECD/MMA)** passou a palavra à **Ministra Marina Silva (MMA)** para suas palavras de abertura.

**Sra. Ministra Marina Silva (MMA)** saudou os membros da mesa e lembrou que o dia 5 de outubro, além de ser um dia importante pela reinstalação da CONAREDD+, também marca o aniversário da Constituição de 1988, marco para a participação democrática. Lembrou a relevância histórica da participação social na formulação de políticas públicas sociais, ambientais e indigenistas. Destacou os ganhos já obtidos com a reestruturação do setor ambiental e o avanço de iniciativas dos órgãos de controle referentes ao monitoramento ambiental, o que contribuirá para que os próprios investimentos do país sejam lastreados em natureza. Lembrou a urgência da questão climática, tomando como exemplo os eventos extremos ocorridos neste ano nos estados do Acre, do Amazonas e do Rio Grande do Sul. Citou a importância do plano de transformação ecológica que está sendo debatido e das ações de adaptação e mitigação que vêm sendo adotadas nas diferentes agendas de saneamento, gestão e restauração de florestas, mercado de carbono, política urbana e mobilidade e agricultura de baixo carbono, entre outras. Destacou que a implementação do REDD+ é parte deste esforço. Enfatizou a importância de se discutir a inclusão das populações deixadas à margem da distribuição de recursos advindos de avanços econômicos e tecnológicos. Ressaltou a captação de 10 bilhões de reais para o Fundo Clima, o que contribui para o avanço da agenda de sustentabilidade e a criação de ciclos de prosperidade e distribuição de riqueza.

Desfeita a mesa de abertura, e após a apresentação de todos os titulares e suplentes **Sr. Secretário André Lima (SECD/MMA)** passou a palavra ao **Sr. Diretor Raoni Rajão (DPCD/MMA)** para apresentação de contextualização da CONAREDD+.

**Sr. Raoni Rajão (DPCD/MMA)** informou que a reunião de instalação não era uma reunião deliberativa e que a ideia era que esse primeiro encontro desse início a um processo de escuta da sociedade, de alinhamento e de formação de entendimentos. Apresentou quadro-demonstrativo comparando os decretos anteriores da CONAREDD+ (2015 e 2019) e o atual, em termos de composição, atribuições e responsabilidades. Reforçou o caráter mais inclusivo da nova composição da CONAREDD+. Apresentou as competências normativas da Comissão, destacando sua importância para o estabelecimento de parâmetros técnicos de MRV e o cumprimento de salvaguardas. Ressaltou os desafios que têm sido enfrentados para a proteção de direitos dos povos e comunidades tradicionais com relação aos projetos de REDD+ e a necessidade de se estabelecer regras e procedimentos claros para garantia de direitos. Mencionou a Resolução n. 6 da CONAREDD+, que estabelece os percentuais de distribuição e alocação de resultados entre governo federal e governos estaduais e a necessidade da CONAREDD+ discutir a questão dos projetos neste tema. Informou da importância da criação de um grupo de trabalho técnico (GTT) sobre mensuração, relatoria e verificação (MRV) para discussões de padrões, metodologias e técnicas para o desenvolvimento de projetos e ações de REDD+, sejam privados ou jurisdicionais, para que se tenha uma metodologia alinhada à Estratégia Nacional. Apontou ainda que é preciso compreender como tudo isso se relacionará com a Autoridade Nacional do Clima, com o mercado nacional de carbono e com outras iniciativas. Registrou que enquanto a CONAREDD+ trata de REDD+, cabe ao CIM o reconhecimento e a utilização dos resultados de redução de emissões do Brasil que possam refletir sobre a contabilidade nacional e as metas perante a UNFCCC. Também lembrou que, caso a versão do PL de Mercado de Carbono aprovada pelo Senado seja aprovada pela Câmara dos Deputados sem mudanças significativas, a CONAREDD+ irá atuar em conjunto com a autoridade de clima responsável pela definição de metodologias aceitas para geração de créditos para o mercado regulado. Afirmou ainda a importância das discussões metodológicas para alinhamento entre a Estratégia Nacional de REDD+ e o Inventário Nacional de Emissões. E também propõe que seja discutido no GTT MRV para aprimorar as técnicas e metodologias de submissão em nível nacional e auxiliar outras submissões, em nível subnacional. Reafirmou que o Plenário da CONAREDD+ é soberano para definir os GTTs a serem instalados, mas que a Secretaria Executiva apresenta propostas do que parecem ser os temas mais candentes a serem trabalhos. Além dos GTTs de salvaguardas e MRV, apresentou a proposta de criação de um GTT sobre distribuição de benefícios, que tratará do processo de alocação entre os membros da federação e, eventualmente, também poderá debater o papel dos projetos. Dentre as agendas estratégicas da CONAREDD+ destacou a importância de realizar o alinhamento dos programas jurisdicionais e dos projetos com a Estratégia Nacional e com os PPCDs, lembrando que REDD+ é um incentivo econômico baseado em resultados de reduções de emissões por desmatamento e degradação e que, para que ele seja efetivo, é importante que os recursos sejam canalizados para gerar novas reduções. Enfatizou a importância de se atualizar a Estratégia Nacional de REDD+, por meio de um diálogo intersetorial, de forma a garantir a consistência da contabilidade nacional de resultados, a elegibilidade de projetos e as salvaguardas socioambientais. Outra agenda estratégica é a definição de diretrizes para programas e projetos inseridos em terras públicas, considerando, principalmente, as salvaguardas socioambientais e a autonomia dos povos e comunidades tradicionais. Além disto, ressaltou a importância da CONAREDD+ acompanhar a tramitação do projeto de lei do mercado de carbono, uma vez que haverá rebatimentos diretos na agenda de REDD+. Apresentou uma breve estrutura proposta para o sistema nacional de REDD+, integrando iniciativas nacionais, estaduais e projetos aderentes à ENREDD+. Indicou que será preciso fazer um debate sobre a inclusão de projetos do mercado

voluntário na ENREDD+ e que, necessariamente, caso esses projetos não façam parte da ENREDD+ deverão, no mínimo, respeitar as regras de salvaguardas definidas pela CONAREDD+.

**Sr. André Lima (SECD/MMA)** passou a palavra aos representantes inscritos, pela ordem.

**Sr. Eduardo Taveira (ABEMA/SEMA-AM)** informou que alguns estados amazônicos já avançaram bastante na implementação do REDD+ jurisdicional, não só por meio dos programas pioneiros para REDD+ (R.E.M), mas também por meio do apoio do Fundo Verde para o Clima (GCF na sigla original em inglês) e outros programas. Salientou que as discussões metodológicas e o tratamento dos projetos privados são pontos extremamente importantes na visão dos governos estaduais, uma vez que os projetos privados não são transparentes no tocante ao respeito às salvaguardas e aos aspectos de contabilidade de carbono. Pontuou que há atuação de verificadoras sem anuência real dos governos estaduais, o que pode causar problemas de confiabilidade e transparência nos projetos privados executados nos estados. Sinalizou que os governos estaduais não são contra os projetos privados, pelo contrário, mas que é preciso estabelecer parâmetros mínimos de governança e transparência para esses tipos de projetos. Reafirmou a necessidade da Estratégia Nacional reconhecer as peculiaridades de cada estado e suas necessidades próprias dentro das abordagens jurisdicionais.

**Sr. Joaquim Belo (CNPCT)** indicou a importância da participação dos representantes dos povos e comunidades tradicionais na CONAREDD+ e a preocupação desse segmento com o respeito às salvaguardas para que se tenha segurança jurídica sobre o que está acontecendo dentro dos territórios, uma vez que têm sido apresentadas muitas denúncias de violações de salvaguardas em projetos de carbono florestal e há lacunas de regramento que precisam ser cobertas pela CONAREDD+. Ressaltou que as experiências dos programas jurisdicionais avançaram em ritmos diferentes nos estados e que há ainda muitas questões a serem discutidas referentes a povos e comunidades tradicionais. Destacou que os povos e comunidades tradicionais precisam de maior apoio técnico por parte do Governo Federal para compreender melhor o funcionamento do REDD+ e os direitos dos povos e comunidades tradicionais na execução dos projetos, sejam voluntários ou não.

**Sr. Vitor Cruzeiro (MIR)** salientou a importância do papel informativo e formativo da CONAREDD+ e reforçou a preocupação que o Ministério da Igualdade Racial tem em relação ao respeito às salvaguardas e à necessidade de prestação de apoio, por parte do Governo Federal, para que os profissionais que atuam com o tema e as comunidades sejam informados, formados e fortalecidos nos processos de gestão dos projetos.

**Sr. Raoni Rajão (DPCD/MMA)** em resposta ao Sr. Eduardo Taveira sinalizou que a construção do FREL e o trabalho feito pelo governo brasileiro junto ao GCF e doadores internacionais tem contribuído para promover uma maior convergência metodológica para REDD+. Reforçou ainda que há espaço na CONAREDD+ para uma discussão mais qualificada e ampla sobre as necessidades de aperfeiçoamentos das salvaguardas, que é justamente o ponto levantado pelo Sr. Vitor. Sinalizou que há disponibilidade de recursos junto a um projeto do MMA justamente para fomentar e viabilizar capacitações para os estados e as comunidades tradicionais sobre os processos técnicos envolvidos no mecanismo de REDD+.

**Sra. Márcia David (DPCD/MMA)** destacou a importância do processo de informação e formação sobre REDD+, que é um tema complexo e vem se transformando ao longo dos anos. Confirmou a existência de recursos disponíveis junto ao Projeto Floresta+ Amazônia, implementado em parceria com o PNUD, para a realização de ações de fortalecimento da ENREDD+, incluindo capacitações. Destacou que as conversas com os membros da CONAREDD+ podem evoluir nas próximas plenárias e GTTs para o desenho de uma estratégia de formação para REDD+. Destacou

que, além do desafio de formação para os estados que já implementam REDD+, também existe o desafio de elegibilidade para os estados dos demais biomas que ainda não se encontram elegíveis para captação de recursos de REDD+.

**Sra. Suzzie Valladares (ABEMA/ SEMA-DF)** reforçou a importância de se garantir o acesso virtual para a participação nas reuniões da CONAREDD+ e também a importância das ações de capacitação para os estados.

**Sra. Janaina Dallan (Setor Privado/Carbonext)** informou ser também presidente da Aliança Brasil para Soluções Baseadas em Natureza (NBS na sigla original em inglês), uma composição de 27 empresas que atuam no setor de mercado voluntário de carbono há mais de 15 anos. Agradeceu e destacou que a representação na CONAREDD+ é uma conquista para o setor privado. Enfatizou a importância do avanço das parcerias entre os setores público e privado e também as parcerias com o terceiro setor. Destacou ainda a importância do debate sobre a contabilidade nacional e a contabilidade de projetos para o aperfeiçoamento e o alinhamento metodológico. Reforçou que o setor privado também tem preocupações com relação às salvaguardas e está em processo de evolução e aprendizagem sobre o tema como todos, e disposto a corrigir rumos. Informou que os projetos do mercado voluntário têm seus registros publicizados, de fácil acesso, e colocou-se à disposição para viabilizar acesso a esses registros.

**Sr. André Lima (SECD/MMA)** colocou a Secretaria Executiva da CONAREDD+ à disposição para apoiar a circulação de informações encaminhadas pelo setor privado (como links e informações dos principais projetos) para os membros da CONAREDD+.

**Sra. Janaina Dallan (Setor Privado/Carbonext)** informou que a NBS Alliance promove ações como webinários que podem apoiar ações informativas e de capacitação sobre REDD+.

**Sr. Luciano Matos (MDA)** solicitou esclarecimentos sobre o monitoramento dos projetos inseridos na ENREDD+ e daqueles do mercado voluntário. Outra questão colocada, em relação à agricultura familiar, em que se adotam diversas configurações de assentamentos, foi como se daria o monitoramento de projetos no caso de assentamentos onde os lotes são individuais e nem todos os assentados fizeram a opção por participar de um projeto.

**Sr. Plínio Ribeiro (Setor Privado/ Biofílica)** agradeceu o espaço para participação do setor privado na CONAREDD+, ressaltando que, desde 2015, o setor é muito vocal nesta reivindicação. Destacou que fizeram conversas com outras representações como CBEDS e Ibá e que, na medida em que os trabalhos avancem, poderão trazer insumos e contribuições articuladas com outros coletivos. Destacou que existe uma comunidade de investidores no setor privado muito interessada em alocar capital para o mercado voluntário, ressaltando que é um setor carente de recursos. Destacou a importância do respeito às salvaguardas como uma questão de confiabilidade dos projetos e a necessidade de separar 'o joio do trigo' em termos de projetos bem conduzidos ou não. Enfatizou a importância da CONAREDD+ na definição de regras. Também apontou a relevância da agenda de concessão de florestas públicas, num primeiro momento, para as atividades de restauração como está se desenhando e, quem sabe, em um próximo momento, para as atividades de conservação. Mencionou que acredita que o mercado voluntário terá maior poder de atração de recursos do que o mercado regulado no Brasil, podendo chegar a 50 bilhões de dólares em 2032. Ressaltou a importância da aprovação do PL de mercado de carbono e o papel de intermediação das empresas para realizar o elo entre setor regulado e não regulado.

**Sr. Raoni Rajão (DPCD/MMA)** em resposta ao Sr. Luciano Matos (MDA) ressaltou que existem grandes diferenças entre projetos executados em áreas coletivas públicas e em terras privadas.

Pode ser que para os projetos em áreas coletivas públicas a permanência dentro da ENREDD+ seja mais vantajosa do que a inserção dessas áreas em projetos privados, haja vista os custos operacionais para comprovação das atividades de REDD+ por metodologias privadas.

**Sr. Francisco Melgueiro (FUNAI)** destacou a retomada da CONAREDD+ e seus grupos técnicos, ressaltando a importância de inclusão de novos temas como as questões de gênero e inclusão social. Questionou se está prevista uma revisão dos normativos já publicados pela CONAREDD+ desde sua criação, uma vez que resoluções como a n. 7 e a n. 14 impactam diretamente a relação entre Governo Federal e os governos estaduais. Informou que a FUNAI vê com preocupação a implementação de projetos em terras indígenas, com denúncias de violação de direitos. Informou que existem vários processos de projetos de carbono tramitando na Funai, com contratos que não respeitam as salvaguardas socioambientais como a consulta prévia, livre e informada. Citou exemplos de contratos em língua estrangeira. Destacou que este é um momento de regulamentação da implementação das salvaguardas e do projeto de lei, não sendo o momento para as empresas entrarem nos territórios. Enfatizou a dimensão cultural e espiritual que a natureza tem para os povos indígenas, não estando restrita a uma visão sobre carbono, o que precisa ser levado em conta no debate sobre as iniciativas de REDD+. Destacou a importância da CONAREDD+ dialogar com os povos indígenas para que não haja conflitos entre as salvaguardas construídas na Comissão e as salvaguardas que os povos desejam nos territórios. Enfatizou que é importante trabalhar com os povos indígenas, ouvi-los.

**Sr. José Pedro (Ministério da Fazenda)** apresentou breve relato sobre o processo de construção e tramitação do PL do mercado de carbono iniciado em março de 2023. Sinalizou que, assim que o PL for aprovado, a próxima tarefa do governo será se debruçar sobre os aspectos de regulamentação do mercado como órgão gestor, organização de parâmetro para uso no mercado regulado e sistema de transferência internacional de créditos. Destacou os RVES de créditos de REDD+ que deverão atender a diretrizes da CONAREDD+, com garantia de adicionalidade. Informou que o projeto de lei foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal e deverá ser remetido à Câmara em 5 dias. Ressaltou que o Ministério da Fazenda lamentou a retirada da agropecuária do PL no Senado, pois poderia ser uma oportunidade para o avanço na construção de metodologias nacionais sólidas para o setor, pautando o debate internacional. Não obstante, o MF considerou a aprovação por unanimidade uma grande vitória, com temas robustos na proposta como integridade e penalização contra *greenwashing*. O diálogo, com foco no desenvolvimento regulatório, continua com a sociedade e todos os setores, inclusive a agropecuária. Sinalizou ainda que o Congresso está ciente da relevância de se aprovar o PL no contexto da agenda verde, havendo expectativa de aprovação ainda este ano, antes da realização da próxima COP.

**Sr. Tiago Passos (ICMbio)** expressou a expectativa de que a CONAREDD+ possa ser uma instância de concertação, respostas e soluções. Destacou que o ICMbio enfrenta desafios similares aos relatados pela Funai, principalmente nas RESEXs, num contexto de muita pressão e abordagem muito incisiva das empresas às comunidades. Mencionou que já se observam conflitos em contextos locais e, daí, a necessidade de regulamentos para garantir salvaguardas e evitar a desorganização dentro de territórios coletivos. Destacou que os projetos chegam desarticulando cadeias e formas de articulação e auto-organização comunitária. O desafio é como os projetos podem chegar de forma positiva? Solicitou ainda empenho da CONAREDD+ para viabilizar capacitação aos órgãos gestores como o ICMbio para fortalecimento dos quadros técnicos para melhor apoio às comunidades na apreciação e apoio aos projetos nesses territórios.

**Sra. Alice Thuault (OSC/ ICV)** informou sua experiência na área de projetos de REDD+ com mais de 15 anos de trabalho no estado do MT. Destacou que os representantes da sociedade civil chegam à CONAREDD+ com muita expectativa e muita competência. Têm domínio técnico do

tema de REDD+ e muito conhecimento dos territórios. Ressaltou como temas relevantes para sociedade civil no âmbito da CONAREDD+ as discussões sobre as salvaguardas e os projetos de mercado voluntário, o papel da CONAREDD+ no âmbito do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões - SBCE, além da questão das alocações de reduções. Sinalizou como extremamente relevantes os GTTs de salvaguardas e de MRV para que avance a implementação da agenda de REDD+ no país e solicitou a definição da agenda de trabalho para os próximos meses. Indicou que as capacitações são relevantes, mas, além disto, a sociedade civil espera decisões, resoluções e orientações claras da CONAREDD+.

**Sr. Jean Ometto (SBPC/INPE)** afirmou que as manifestações no plenário, em especial dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, revelam a relação que devemos buscar com o meio ambiente e com o clima e indicam a importância dos benefícios de REDD+ chegarem na ponta. Destacou que é um trabalho de muita responsabilidade socioambiental e ressaltou que a maior contribuição da comunidade científica na CONAREDD+ será nas discussões sobre desenvolvimento de metodologias, com olhar especial para a degradação florestal. Salientou ainda a busca de diálogos com outras abordagens que possam, de fato, levar ao alcance do objetivo principal do mecanismo, que passa pela compensação financeira, mas, sobretudo, pela redução das emissões líquidas de carbono.

**Sr. Raoni Rajão (DPCD/MMA)** destacou que existe um debate importante referente à distribuição de benefícios para os territórios coletivos que mais conservam, além de um debate sobre o modelo de REDD+ para estes territórios que deve considerar a autonomia dos povos indígenas e povos e comunidades e o custos e oportunidades das diferentes abordagens de REDD+. Ressaltou que, em muitos casos, submeter projetos para o Fundo Amazônia pode ser uma estratégia mais interessante do que implementar projetos privados. Destacou ainda que é importante debater a questão metodológica dos projetos privados que desejem aderir à ENREDD+, no sentido de garantir consistência à Estratégia.

**Sra. Márcia David (DPCD/MMA)** em resposta às demandas de ampliação da participação, enfatizou o compromisso da CONAREDD+ com o protagonismo dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais nos debates sobre salvaguardas para a implementação de programas e iniciativas de REDD+ nos territórios coletivos. Ressaltou que possivelmente a CONAREDD+ estabelecerá uma diretriz geral para o conjunto dos territórios e, posteriormente, cada segmento de povos e comunidades, junto como o órgão gestor da área, poderá tratar suas especificidades no processo de implementação de iniciativas.

**Sra. Eliane Baikari (APIB)** sinalizou a preocupação no sentido de que os povos indígenas possam tomar decisões em relação a adoção ou não de projetos em seus territórios de forma mais bem informada. Indicou que só no estado do Mato Grosso tem o conhecimento de mais de 37 contratos assinados com comunidades. Informou que além de contratos em língua estrangeira, existem notícias de contratos sigilosos. Indicou que se não forem alterados os critérios de acessibilidade do Fundo Amazônia, torna-se difícil o acesso das organizações indígenas ao Fundo. Reforçou a importância das discussões sobre salvaguardas e expressou satisfação em ver os representantes estaduais engajados nas discussões da CONAREDD+. Ressaltou que também é importante envolver os municípios na agenda, pois existem prefeituras que incentivam a atuação das empresas nos territórios.

**Sr. André Lima (SECD/MMA)**, em resposta à Sr. Eliane Baikari, informou que, em relação ao Fundo Amazônia, o Ministério tem promovido uma discussão para que haja avanços das diretrizes do Fundo nos chamados projetos aglutinadores, que podem vir a se tornar um fundo indígena para investimento em projetos de forma mais acessível, no âmbito do Programa União com Municípios Prioritários. Reforçou a fala de Raoni Rajão destacando que para determinadas

iniciativas é melhor estar inserido no contexto de uma política pública, programa em implementação ou financiamento do Fundo Amazônia.

**Sra. Luana Almeida (FUNAI)** reforçou aspectos da fala anterior da Funai, da APIB e do ICMBio. Destacou que existem muitas demandas, mas que nem todas as informações chegam à Funai. Quando chegam, seguem para a Procuradoria Federal. Na ausência de regulamentação, enfatizam o tema das salvaguardas e o fato de que o assunto se encontra em processo de regulamentação. Ressaltou que, mesmo quando não há contrato, já se verificam conflitos pela expectativa criada. Argumentou que seria importante um freio para permitir o processo de regulamentação, pois da forma como está ocorrendo existe risco para todo mundo, inclusive para investidores e setor privado. Destacou a importância do diálogo entre a CONAREDD+ e a Câmara Técnica de Mudanças Climáticas e Pagamentos por Serviços Ambientais do Comitê Gestor da PNGATI.

**Sr. Maurício Philipp (ABEMA/ SEMA-MT)** se solidarizou com as preocupações da Sr. Luana Almeida e sinalizou que também espera que a CONAREDD+ possa conferir maior segurança jurídica principalmente na questão do mercado voluntário. Ressaltou que a Resolução n. 03/20 reconheceu o mercado voluntário, mas sem exigência de registro, definição metodológica, regras de salvaguardas, o que trouxe muita insegurança para o setor público. Também ressaltou que a conservação da floresta não diz respeito somente a carbono, mas a água, solo, biodiversidade e reforçou a importância de se garantir a integridade ambiental climática, evitando a dupla contagem.

**Sr. Antonio Sanchez (DPCD/MMA)** solicitou a palavra e expressou a felicidade da equipe técnica do MMA com a retomada da CONAREDD+, com participação ampla e democrática.

Finalizada a lista de inscritos, o Sr. Secretário André Lima (SECD/MMA) agradeceu aos presentes e passou aos encaminhamentos.

#### **ENCAMINHAMENTOS**

- Será realizada mais uma reunião da CONAREDD+, em caráter deliberativo, antes da COP-28, com data sinalizada de 09 de novembro de 2023.
- O material para a próxima reunião será remetido pela Secretaria-Executiva da CONAREDD+ por meio eletrônico. Serão encaminhadas a minuta de Regimento Interno e as propostas de resolução para criação de 3 GTTs: Salvaguardas, MRV e Distribuição de Benefícios.